



## OS ESTUDOS DE GÊNERO NO ENSINO BÁSICO À LUZ DOS PRECEITOS FEMINISTAS

## GENDER STUDIES IN BASIC EDUCATION IN THE LIGHT OF FEMINIST PRECEPTS

Etyane Goulart Soares <sup>1</sup>  
Marli Marlene Moraes da Costa <sup>2</sup>

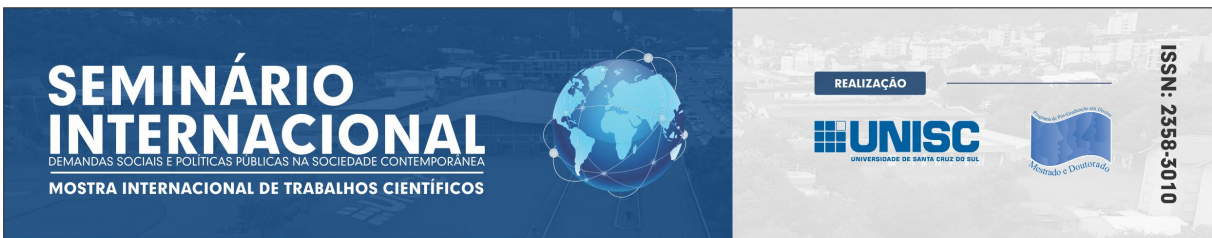
**Resumo:** O presente artigo aborda a educação, contextualizando com a perspectiva de gênero e com os ideais feministas. O objetivo geral deste artigo é analisar os caminhos que a educação de gênero está tomando no Brasil. Dessa forma, dividiu-se o artigo em dois momentos, nos quais o primeiro busca identificar as desigualdades de gênero presentes na sociedade, a partir de uma panorama histórico-cultural, e as conquistas dos movimentos feministas para aquisição de direitos; o segundo, busca avaliar a necessidade de uma educação ciente da predominância de desigualdades de gênero e sociais. O problema de pesquisa questiona em que medida o conservadorismo presente na sociedade e na política brasileira é capaz de impossibilitar que sejam criadas Políticas Públicas de educação que visam à transformação da condição desigual das mulheres e dos grupos vulnerabilizados? A hipótese apresentada é a de que o conservadorismo que predomina na sociedade e na política brasileira impede que haja a implementação de políticas públicas de educação atentas às diferenças de gênero, ao enfrentamento da violência estrutural contra as mulheres e ao respeito à diversidade cultural. A pesquisa aqui exposta é qualitativa, empregando-se o método hipotético-dedutivo, mediante técnica de pesquisa bibliográfica e exploratória.

**Palavras-Chaves:** Educação. Feminismo. Gênero.

**Abstract:** This article addresses education, contextualizing it with a gender perspective and feminist ideals. The general objective of this article is to analyze the paths that gender education is taking in Brazil. Thus, the article was divided into two moments, in which the first seeks to identify gender inequalities present in society, from a historical-cultural perspective, and the achievements of feminist movements for the acquisition of rights; the second seeks to assess the need for an education that is aware of the predominance of gender and social inequalities. The research problem questions to what extent the conservatism present in Brazilian society and politics is capable of preventing the creation of Public Education Policies aimed at transforming the unequal condition of women and vulnerable groups? The hypothesis presented is that the conservatism that predominates in Brazilian society and politics prevents the implementation of public education policies that are attentive

<sup>1</sup>Doutoranda em Direito (UNISC), com bolsa PROSUC-CAPES, modalidade II. Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Especialista em Docência no Ensino Superior. Bacharela em Direito. E-mail: etyanesoares@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Burgos/Espanha - com Bolsa Capes. Profa. do Curso de Mestrado e Doutorado em Direito da UNISC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Políticas Públicas de Gênero e Infância, registrado junto ao CNPq. E-mail: marlimmdacosta@gmail.com.



to gender differences, the confrontation of structural violence against women and respect for cultural diversity. The research presented here is qualitative, employing the hypothetical-deductive method, through a bibliographical and exploratory research technique.

**Keywords:** Education. Feminism. Gender.

## 1 Introdução

Na atualidade, as mulheres vêm sofrendo com as inúmeras consequências da estruturação de uma sociedade machista, pautada nos interesses de uma dominação masculina, que gera alienação, preconceito e submissão. Tais situações impactam na busca pela igualdade de gênero, ocorrendo restrições na conquista de novos direitos, como uma educação baseada na diversidade sociocultural. Por esta razão, o estudo das intersecções entre a educação, o direito e o feminismo permitem compreender as principais causas que contribuem para a continuidade das desigualdades de gênero, de forma a identificar o papel das políticas públicas de educação no contorno dessa problemática e na busca da transformação da condição das mulheres.

Nesse contexto, o artigo foi construído a partir da seguinte pergunta: em que medida o conservadorismo presente na sociedade e na política brasileira é capaz de impossibilitar que sejam criadas Políticas Públicas de educação que visam à transformação da condição desigual das mulheres e dos grupos vulnerabilizados? A hipótese inicial é a de que o conservadorismo e autoritarismo que predominam no contexto sócio-político brasileiro impedem que haja a implementação de políticas públicas de educação atentas às diferenças de gênero, ao enfrentamento da violência estrutural contra as mulheres e ao respeito à diversidade cultural.

Como objetivo geral, a pesquisa busca analisar os caminhos que a educação de gênero está tomando no Brasil, diante das ofensivas dos movimentos conservadores, que se posicionam contra esses debates nas escolas. Para dar concretude ao objetivo geral, os objetivos específicos da pesquisa, são dispostos em duas seções: a) identificar as desigualdades de gênero presentes na sociedade, a partir de uma panorama histórico-cultural, e as conquistas dos movimentos feministas para aquisição de direitos; b) avaliar a necessidade de uma educação ciente da predominância de desigualdades de gênero e sociais, a fim de traçar novas perspectivas para a educação contemporânea.

O seguinte estudo se apresenta como pesquisa qualitativa, característica das ciências sociais, e tem como método o hipotético-dedutivo, pois parte de uma hipótese inicial para,



posteriormente, realizar suas deduções acerca da confirmação da hipótese em casos gerais. A pesquisa também possui finalidade exploratória, mediante o emprego de técnica de pesquisa bibliográfica, a partir de livros, matérias, revistas e artigos científicos sobre a temática.

## **2 As desigualdades de gênero e a construção da luta feminista para a aquisição de direitos**

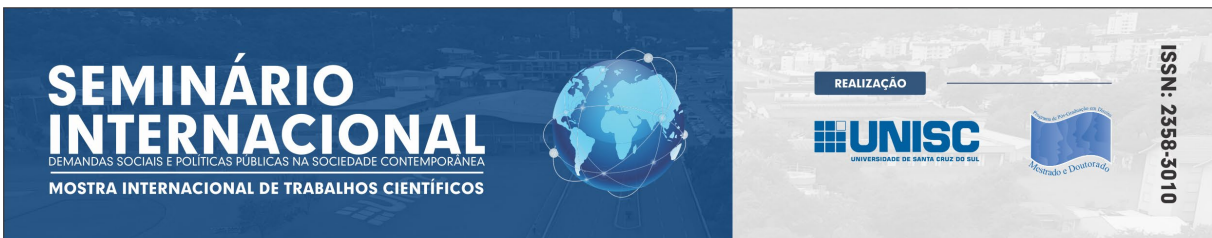
A desigualdade entre mulheres e homens é um marco vigente na sociedade contemporânea, que possui raízes estruturais. Desde o nascimento da humanidade, a pluralidade dos povos conduziu para certa dominação masculina, em que os homens sustentavam o poder de comando e deliberavam sobre a família. Essa identidade foi passada do contexto familiar privado para o âmbito público, permitindo com que sistemas políticos ampliassem a partir do gerenciamento masculino. Ao longo de muito tempo, conseqüentemente, a mulher foi repelida da presença efetiva nos espaços públicos, do exercício fora do âmbito doméstico e da oportunidade de desenvolvimento intelectual e científico por meio da educação.

A sociedade sofre constantes modificações, contudo, questões relativas a gênero, sexo e a regulamentação dos corpos femininos perpassa a história da humanidade, sendo em grande parte de sujeição. São convencionados padrões sociais de comportamento, bem como a lei que é feita por homens e coloca-os sempre no espaço público, enquanto a mulher fica restrita ao espaço privado (TIBURI, 2017).

Na virada do século XIX e início do século XX, os protestos contra a desigualdade feminina atingiram certa visibilidade e uma expressividade superior a partir das manifestações do movimento sufragista, movimentação direcionada para amplificar o direito de voto às mulheres. Por meio de uma abrangência inovadora, que permitiu sua expansão para inúmeros países ocidentais, mesmo com força e resultados distintos, o sufragismo passou a ser revelado, seguidamente, com a “primeira onda” do feminismo<sup>3</sup>. Suas finalidades mais iminentes foram acrescidas de demandas compatíveis à organização da família, oportunidade de estudo e também ingresso a determinadas profissões, originariamente tidas como masculinas (LOURO, 2020).

---

<sup>3</sup> O movimento feminista é dividido em ondas, que tratam de períodos distintos, com reivindicações específicas, a depender do contexto sociocultural e geopolítico vivido.



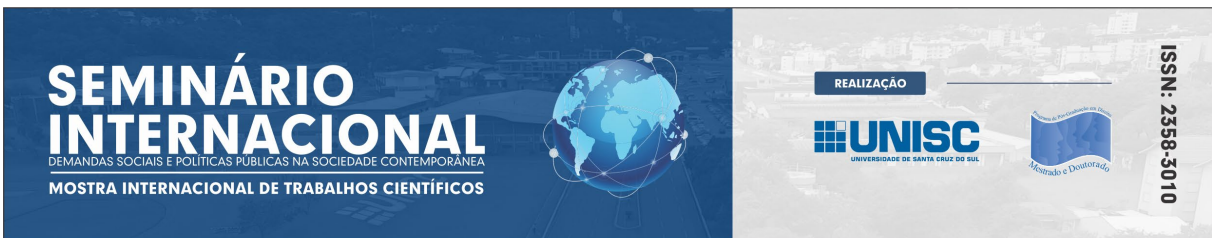
Uma concepção, para se caracterizar como feminista, não se consiste à asserção literária da igualdade de talentos ou de valor entre homens e mulheres nem à reivindicação política da ampliação dos direitos individuais a toda condição humana. O movimento feminista se institui pela construção de uma crítica que vincula a sujeição da mulher na esfera doméstica à sua supressão da esfera pública (MIGUEL; BIROLI, 2017).

A partir do desdobramento da assim denominada “segunda onda”, que se inicia no final da década de 1960, o feminismo, além das inquietações sociais e políticas, vem a se preocupar com as elevações teóricas. No espaço do debate que a partir de então se baseia, entre militantes e estudiosos de um lado, e seus comentaristas ou suas críticas de outro, será discutido e problematizado o conceito de gênero. O ano de 1968 já se tornou um marco da contestação e da rebeldia, pois a referência é benéfica para assinalar a manifestação coletiva do descontentamento e do protesto que já vinham sendo proferidos há algum tempo (LOURO, 2020).

Nesse período, a obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (2016), narrou uma tentativa de construir o feminino, alegando a capacidade autônoma das mulheres. Mesmo que a obra esteja norteada de algumas críticas, principalmente quanto ao seu subjetivismo extremo, e das narrativas que comportam suas experiências pessoais, distantes da realidade de grande parte das mulheres, foi fundamental para que o debate feminista atingisse grandes proporções.

Além disso, nota-se que nesse período, estudantes, intelectuais, jovens, negros, mulheres, enfim, diferentes grupos, de muitos modos, principalmente na Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra, apresentavam sua inconformidade e desapontamento em relação aos costumeiros arranjos políticos e sociais, à desigualdade, à segregação, às grandes teorias universais, ao vago formalismo acadêmico e ao silenciamento. No entanto, o ano de 1968 deve ser entendido, todavia, como um processo maior, que vinha se reproduzindo e se desenrolando em movimentos de ordem específica, com pautas feministas que englobavam reivindicações solidárias a outros movimentos (LOURO, 2020). Nesse contexto, o tripé “gênero, raça e classe”, opressões distintas que, em muitos casos, atuam de forma conjunta, passou a ser ainda mais denunciado.

Ao final da década de 1980, época em que o feminismo passou a obter novas tendências, como a interpretação da realidade das mulheres em um status acadêmico, desenvolvem-se algumas transformações. Nota-se, ainda, que as mulheres foram, morosamente, conquistando seus espaços, principalmente no que se refere ao ambiente de

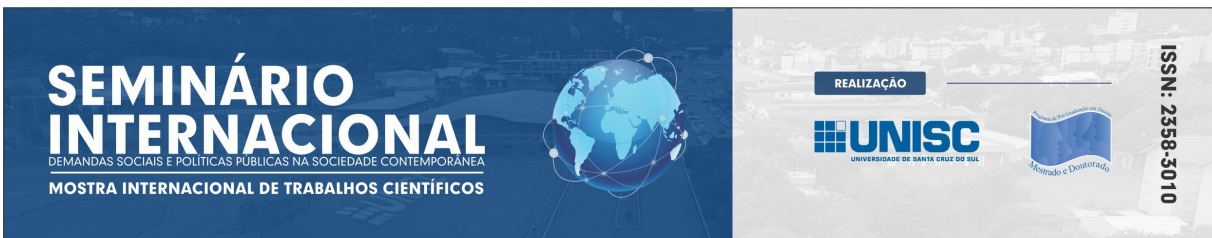


trabalho, indicando o surgimento de uma nova onda feminista. Nesta “terceira onda”, também passam a ser discutidas, não apenas as diferenças entre homens e mulheres, mas as diferenças entre as próprias mulheres. O *gênero* atinge grau de categoria acadêmica e os significados envolvidos no termo passam a ser amplamente discutidos, principalmente em relação a sexualidade.

De acordo com tais considerações nota-se que as mulheres, de modo geral, são norteadas pela circunstância de subordinação que lhe é imposta, encobrendo outros fatores que auxiliam para que permaneçam nessa condição, tais como: as distinções entre etnias e classes, a dominação masculina, a classificação econômica vigente, instruída pelo neoliberalismo, as relações machistas da cultura brasileira, as relações desiguais de exploração dos homens sobre as mulheres, entre outros. Os estudos feministas têm seu papel fundamental, devido ao seu caráter político, os quais ressaltam o papel das mulheres na luta pela efetivação dos seus direitos. Em consonância, é a partir do conceito de gênero, que se pode explicar a contribuição feminina na luta contra as desigualdades.

O conceito de gênero permitiu enxergar como a divisão categorial entre feminino e masculino se representava nas dicotomias da ciência. Ao masculino, foram atribuídas virtudes relacionadas a mente e a razão, que se instituíram hierarquicamente às características vistas como femininas, como por exemplo: sensibilidade, corpo e emoção. Visto que, o conhecimento científico é dado como racional e desprovido de sentimentos e emoções, as mulheres foram, assim, descartadas da produção do saber (MIGUEL; BIROLI, 2017).

A dimensão do movimento feminista apresenta uma nova plataforma ideológica para o encontro dos gêneros, um ambiente para luta, crítica e transformação. O movimento feminista pode ser um desfecho à guerra dos sexos, pode transverter as relações de tal modo que a competição, a alienação e a desumanização que tanto definem e afetam as interações humanas venham a ser deslocadas por sentimentos de reciprocidade, companheirismo e intimidade (HOOKS, 2019). O feminismo possui várias implicações positivas, mas também é necessário cuidado com a universalização das próprias vivências, como foi um problema identificado no início do movimento. Ocorre que as militantes feministas brancas clamavam as mulheres para repudiar sua submissão, mas não validavam nenhum interesse em instigar os homens ou qualquer outra pessoa de que o movimento feminista era valoroso também para eles. Da mesma forma, não incluíam pautas que trouxessem ao movimento as reivindicações das mulheres negras, universalizando desta forma, a submissão feminina e a realidade vivida pela



mulher branca. Por isso, a importância de debater pautas que transcendam o gênero e partam, também, para questões de classe e étnico raciais.

Judith Butler destaca que para a teoria feminista “o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres” (2020, p. 18). Por um lado, se articula através da formulação e compreensão sob a categoria mulher, a qual “não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito em nome de quem a representação política é almejada” (BUTLER, 2020, p. 19).

Mas nota-se que a partir do momento em que a classe de mulheres começa a questionar os papéis de âmbito privado a elas entregues, funcionais à produção da vida humana, manifestando pensamentos e ideais emancipatórios, que repercutem em maior participação feminina na vida pública, inaugura-se o incômodo masculino e a inflação dos conflitos domésticos violentos. O sistema, da qual a dominação é masculina, se vê ameaçado como um todo, encontrando na subjugação e contenção de mulheres a solução para a manutenção da hegemonia. De acordo com Beauvoir (2016, p. 20):

As reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. [...] Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça.

Não basta possibilitar que só uma parte das mulheres exerça posições políticas, econômicas, acadêmicas, religiosas, etc., historicamente reservadas aos homens. Como já se mencionou, qualquer que seja a sagacidade da dominação e exploração da esfera das mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. Ela não concede a superação das desigualdades e do modelo, o que requer transformações radicais no significado da proteção das diferenças e da subtração das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade (SAFFIOTI, 2011).

À vista disso, a contribuição do feminismo se mostrou determinante, como corrente intelectual, em suas várias vertentes, coaduna com a militância pela igualdade de gênero com a verificação atinente às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Desta forma, após essas considerações, no tópico seguinte, almeja-se trabalhar especificamente a necessidade de uma educação pautada nos ideais feministas para que seja



ressignificada a condição atual e histórica vivida pelas mulheres, a fim de atingir uma sociedade mais equânime e menos violenta em relação às diferenças de gênero.

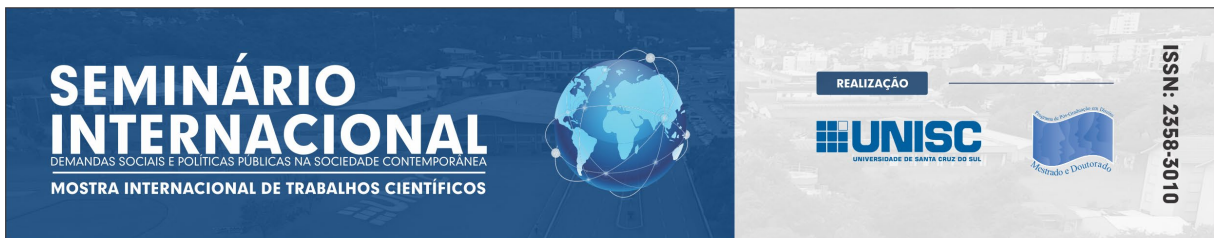
### **3 A necessidade de uma educação com perspectiva de gênero e a possibilidade de transformação da condição das mulheres na sociedade**

Ao longo da história, nas mais diferenciadas comunidades, distintos grupos sociais construíram modos diversos de conceber o espaço e o tempo: reconheceram diferentes formas de ver o tempo do trabalho e o tempo do ócio; o espaço da rua ou o da casa; deliberavam os lugares proibidos ou permitidos, e muitas vezes determinavam os sujeitos que podiam ou não transitar nesses espaços; decidiam qual o período que importava o da vida ou o depois dela; mostravam as formas aceitáveis para cada pessoa gastar ou ocupar o seu tempo. Diante de muitas práticas e instituições, essas perspectivas foram e são analisadas, aprendidas e interiorizadas. A educação é a parte mais importante desse processo, pois ela auxilia na determinação dos hábitos e costumes vividos em uma sociedade (LOURO, 2020).

De acordo com Freire (1994), o ser humano tende à educação, sendo que o seu sentido transcorre da incompletude dos seres humanos. Assim sendo, transformar-se é uma necessidade da natureza dos seres humanos, “na busca de complementarem-se como pessoas, concretizando sua vocação de Ser-Mais, numa espécie de atualização constante” (FREIRE, 1994, p. 184).

No Brasil, no período colonial, a educação disponibilizada pela Companhia de Jesus, por meio dos padres jesuítas, era reservada somente ao sexo masculino. A educação feminina esteve compelida aos cuidados da casa, dos filhos, do marido. Durante os 322 anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação era remetida aos filhos homens dos colonos e indígenas. Dessa forma, os colonos eram responsáveis pelos negócios de seus pais, ou entravam para a Companhia de Jesus. E as mulheres, ricas ou pobres, brancas, negras escravas e as indígenas não tinham acesso à leitura e a escrita (RIBEIRO, 2000).

A leitura e a escrita dependiam de um mínimo de educação formal, o que também poderia ser feito, no caso das mulheres, em casa ou em ambiente de clausura, como nos conventos. Alguns documentos sobre a educação feminina do período colonial, elaborados pelo bispo Azeredo Coutinho para dois conventos pernambucanos (1798), indicam que às meninas eram ensinados “[...] os princípios da religião, a fim de protegê-las dos ‘defeitos



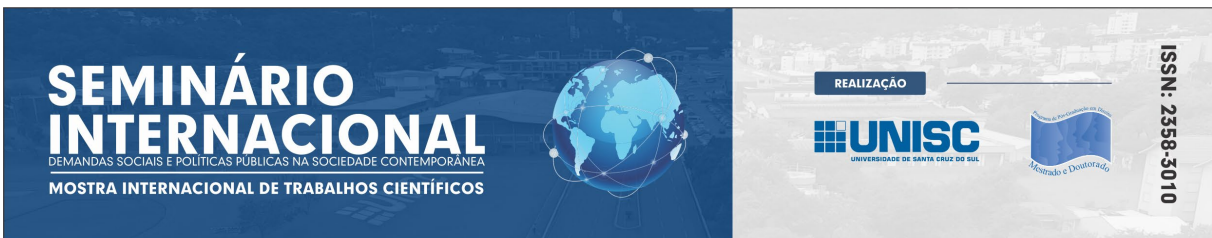
ordinários do seu sexo” (DEL PRIORE, 2004, p. 41). Em continuidade, Del Priore (2004, p. 41-42) esclarece:

O programa de estudos destinado às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam latim e música; as demais restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e bordar; além disso, no máximo, que “a mestra lhes refira alguns passos da história instrutivos e de edificação, e as faça entoar algumas cantigas inocentes, para as ter sempre alegres e divertidas”. No conjunto, o projeto educacional destacava a realização das mulheres pelo casamento, tornando-as afinal hábeis na “arte de prender a seus maridos e filhos como por encanto, sem que eles percebam a mão que os dirige nem a cadeia que os prende”. Em outras palavras, devia-se aguçá-lo seu instinto feminino na velha prática da sedução, do encanto.

Cabe destacar que “a primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil partiu dos indígenas brasileiros que foram ao Padre Manoel de Nóbrega pedir que ensinasse suas mulheres e ler e escrever” (RIBEIRO, 2000, p. 80), posto que as relações de poder entre indígenas acompanhavam lógicas diferentes, diferente do modelo colonizador que tanto subjugava as mulheres. O Padre escreveu à Dona Catarina, Rainha de Portugal, solicitando consentimento para letrar as mulheres, mas, apesar disso, a Rainha rejeitou a iniciativa, considerando-a de ousadia e de “consequências nefastas” (RIBEIRO, 2000, p.81).

Como visto, historicamente, as mulheres foram afastadas da educação, o que fortaleceu o silenciamento das mesmas sobre os seus próprios direitos e reivindicações. As primeiras mulheres que foram alcançando determinados graus de instrução foram mulheres burguesas e de elite que, embora fossem educadas, ainda tinham suas atividades principais pertencentes à esfera do espaço privado, sendo-lhes negada a esfera pública e a cidadania política. Embora muitas filhas de fazendeiros, por exemplo, fossem educadas em casa e minimamente letradas, continuavam com a função principal de exercer o matrimônio, contrariamente ao que acontecia aos filhos homens, educados em escolas particulares dirigidas por padres. Grande parte dessas mulheres aprendeu apenas a escrever seu nome, a bordar, fazer crochê e costura, enquanto filhos homens “[...] liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês (DEL PRIORE, 2004). E isso interferiu, inclusive, em seus direitos civis pois, sem uma alfabetização adequada, precisavam que os homens sempre estivessem a frente dos negócios, por não possuírem condições de fazê-lo. Conforme Del Priore (2004, p. 2010), nos processos de inventário, as mulheres passavam por





muitas apreensões, pois, não podendo expressar-se por escrito “[...] tiveram de depender de outros para fazer solicitações, negociar ou lutar por seus bens e de seus filhos”, o que também gerou muitas perdas e danos, em virtude de pessoas má intencionadas.

Foi no século XIX que muitas mulheres passaram a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas. No Brasil, a educadora e escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta (pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha)<sup>4</sup> é considerada a precursora dos preceitos de igualdade e emancipação da mulher. A autora era republicana e abolicionista, escrevendo suas ideias, principalmente em jornais, mas também publicou alguns livros. O livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* traz ideias para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira, reivindicando igualdade e educação para as mulheres (DEL PRIORE, 2004).

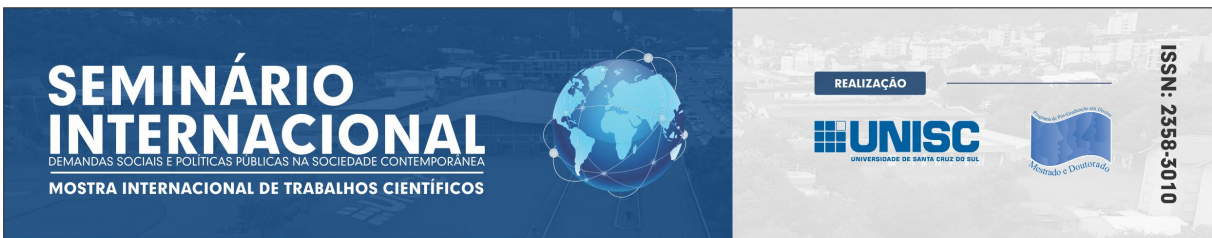
Como visto, as mulheres foram desprezadas da maior parte dos direitos políticos e sociais e o seu lugar social, por séculos, foi a esfera privada e não a pública. Somente com a movimentação e reivindicação das próprias mulheres, os cenários foram se transformando, até o contexto atual. Embora muitas conquistas possam ser comemoradas, ainda persiste a exclusão das mulheres e o silenciamento de suas vozes. Para Gebara (2000), com escassas histórias escritas pelas mulheres, ao decorrer do tempo, o conhecimento passou a ser totalmente ponderado pelos homens. Desse modo, a autora reconhece que “um conhecimento que despreza a contribuição das mulheres não é apenas um conhecimento limitado e parcial, mas um conhecimento que mantém um caráter de exclusão” (2000, p.117).

Por isso, a contribuição do feminismo na reivindicação de direitos, principalmente no que se refere a oportunidade de uma educação igualitária, se mostrou crucial, tendo em vista que estudar gênero e suas diversas nuances faz parte de uma educação que considera que as mulheres têm um papel importante na construção do conhecimento. O feminismo, como corrente intelectual, em suas diversas vertentes, estabelece a militância pela igualdade de gênero com a verificação relativa às causas e aos mecanismos de propagação masculina.

Louro (2009) explica que o gênero foi um conceito elaborado para questionar a naturalização das diferenças sexuais em distintos espaços de disputa. Além do mais, ele não se restringe somente aos papéis manifestados por mulheres e homens nas sociedades, mas diz respeito também, às relações de poder que estão atribuídas entre feminino e masculino. Já o conceito de sexualidade, por seu lado, relaciona-se à forma como os sujeitos manifestam seus

---

<sup>4</sup> Nísia em homenagem ao pai; Floresta, em lembrança do sítio onde nasceu; Brasileira pelo nacionalismo que então era voga; Augusta, em memória do homem que amou (DEL PRIORE, 2004).

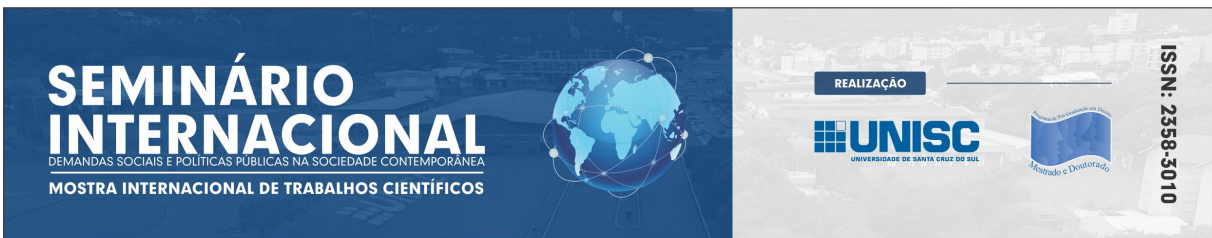


prazeres e desejos na relação com os demais e com o seu próprio corpo. Estas duas percepções são de suma importância para a compreensão do que realmente significa a educação com perspectiva de gênero, pois, embora muitos avanços no campo teórico tenham se estabelecido, a sociedade de massas apresenta, ainda, muitas inverdades quanto a esta categoria, insistindo que ela incentivaria uma sexualização, quando na verdade, ela busca o enfrentamento da desigualdade e o incentivo ao respeito aos diferentes sujeitos, independentemente de sua orientação.

A percepção de gênero indica que a construção do sujeito como mulher, como homem, ou como pertencente a qualquer categoria não binária, sucede de distintas formas nas sociedades, em um determinado tempo histórico, geográfico e cultural. Ao compreender as relações de gênero como parte característica de uma sociedade é possível perceber a construção do indivíduo não é linear, ao contrário, é contínua e dinâmica. Por conta disso, necessita ser discutido, reinterpretado e problematizado dentro delas.

E para que a educação possa estar em consonância com os preceitos feministas de emancipação dos diferentes grupos, de enfrentamento da violência e de denúncia das desigualdades, é indispensável que sejam adotadas epistemologias que reflitam a partir das margens, das/os excluídas/os e dos/as invisibilizados. Boaventura de Souza Santos (2009) indica a necessidade improrrogável de um conhecimento ordenado a reconhecer e aprender a existência epistemológica do Sul. Conforme o autor, no Sul, é desenvolvido conhecimentos não reconhecidos tradicionalmente, de forma hegemônica. Segundo, Santos (2009, p. 11), “a epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido” ainda fundamenta o conhecimento, desconsiderando mulheres, trabalhadores, afrodescendentes e indígenas (SANTOS, 2009). Esses excluídos e excluídas estão, ainda, no conjunto de regiões e países submetidos ao colonialismo europeu, o que indica que os povos colonizados são ainda mais precarizados em relação a uma educação emancipatória, que esteja atenta às desigualdades sociais, culturais e étnico-raciais.

Em virtude dessas ausências no processo educacional, os sujeitos mais vulnerabilizados são mulheres, de determinada sexualidade, classe, etnia, nacionalidade, grupo religioso, etc. Essas múltiplas identidades não podem, sobretudo, ser percebidas como se fossem camadas que se antepõem umas às outras, como se o indivíduo fosse construído “somando-as” ou agregando-as. Em lugar disso, é preciso perceber que elas se influenciam mutuamente, se vinculam, podem ser controversas, provocam diferentes posições (LOURO, 2020). Nesse contexto, são ainda mais intensificadas as relações de poder, de dominação de



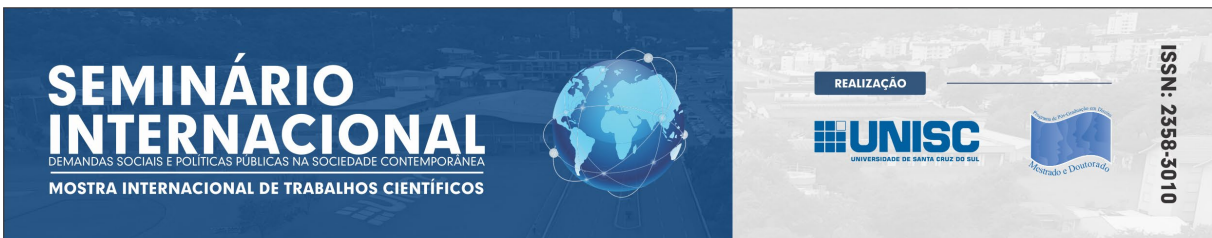
um grupo por outro, ensejando que sejam definidos mecanismos que possam reverter esse processo de dominação, estando a educação na base estrutural da transformação social.

Dessa forma, é necessário que seja instituído o debate acerca das vulnerabilidades desses grupos oprimidos, desde a educação básica de ensino, para que possa ser possível uma transformação de hábitos e costumes incompatíveis com a tradição dos direitos humanos. Especificamente em relação as mulheres, trabalhar com a discrepância de gênero, de forma a impedir ou descontinuar as relações de poder estruturalmente estabelecidas, é fundamental para que haja o enfrentamento da violência a que são constantemente submetidas.

Mas para que possam ser pensadas alternativas capazes de transformar a sociedade, a educação deve voltar-se para a libertação e emancipação e “os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pesquisa engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos” (HOOKS, 2013, p. 19). De fato, o processo de transformação social depende do engajamento e do compromisso dos alunos em sala de aula, mas deve ser também “[...] um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo” (HOOKS, 2013, p. 20). A autora defende uma nova abordagem da educação, voltada para o ensino da transgressão de barreiras raciais, sexuais, de classe, etc., com o intuito do alcance da liberdade. Para realizar essa abordagem, hooks (2013) traz a concepção de uma pedagogia engajada, debatendo a influência do colonialismo na educação, além da necessidade de se pensar de forma crítica e interseccional para construir um ensino radicalmente democrático.

A experiência de bell hooks na docência foi fundamental para o seu estudo acerca de formas alternativas de pensar o ensino. A autora defende que na sala de aula, alguns fatores devem ser considerados, tendo em vista que o entusiasmo depende do interesse pelos outros, pela oitiva de suas vozes e reconhecimento de suas presenças. À luz disso, uma pedagogia radical precisa estar voltada ao reconhecimento de todos os sujeitos, tendo em vista que nos moldes tradicionais – forma conservadora em que os sujeitos se acostumaram a ter/ver o aprendizado - os alunos acham necessária apenas a presença dos professores, invisibilizando as demais identidades (HOOKS, 2013).

As práticas pedagógicas de hooks partem da ideia de que a sala de aula é um campo de possibilidades, em que os professores atuam em prol da liberdade e da criatividade, encarando a realidade dos seus alunos ao passo que também buscam, concomitantemente, transgredir e quebrar fronteiras impostas. Dessa forma, suas propostas pedagógicas nascem da comunhão entre "as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as



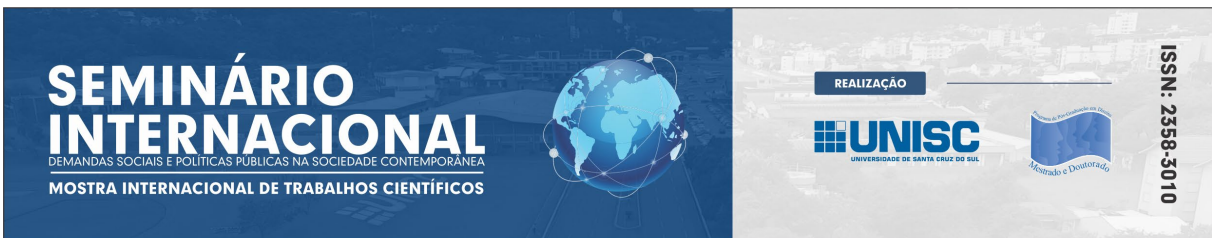
outras" (HOOKS, 2013, p. 20). Por este viés, essas práticas na educação possibilitam que sejam analisados, de forma contundente, os sistemas de dominação que ainda persistem e acabam legitimando as desigualdades, diante de uma parcialidade que beneficia apenas as classes e grupos dominantes, mas não as populações oprimidas. Essa abordagem é de grande relevância, principalmente quando se tratar de alunos em situação de vulnerabilidade social, pois é possível transformar a experiência de ensino em sala de aula, de modo que o professor pense em estratégias coletivas para ampliar as poucas possibilidades existentes para esses grupos sociais.

A educação com perspectiva de gênero, que trabalhe conjuntamente questões transversais como a pluralidade cultural, questões étnico-raciais, relações de poder e diferenças sociais, etc., é capaz de traçar novos meios de se pensar a educação, principalmente no que se refere a quebra dos paradigmas de dominação, mantidos por um sistema capitalista-racista-patriarcal, que busca formar cidadãos que reproduzam as desigualdades já existentes. Propõe-se, portanto, uma transformação no aprendizado, que incentive o pensamento crítico e que aumente as possibilidades, principalmente para os sujeitos em vulnerabilidade, o que é, indiscutivelmente, uma forma inovadora e libertadora de se pensar na educação e de proporcionar, também, a emancipação das mulheres.

Como já fora debatido, durante séculos, mulheres e homens foram diferenciados por relações de poder, ocupando-se, para isso, de premissas relacionadas às suas possíveis “essências”, sobretudo considerando aspectos biológicos. Ainda assim, dado ao fato de ocorrer novos paradigmas teóricos, como os estudos de gênero, a teoria feminista, os estudos multiculturais, entre outros, tem sido possível adentrar em novos caminhos para tratar de temáticas tão necessárias e recorrentes, principalmente no campo da educação.

Em toda essa polêmica envolvendo o termo gênero, também se originaram debates acerca de uma possível “ideologia de gênero”, falsa crença de que na escola, crianças estariam sendo ensinadas a seguir determinada orientação sexual, que não fosse a categoria binária de homem e mulher tradicionalmente vista como padrão. Esses elementos discursivos anti-intelectuais, que facilmente se propagaram em virtude dos movimentos de massa nas redes sociais, estão associados aos avanços das pautas conservadoras e neoliberais, além do interesse de grupos religiosos, que veem na educação um local que está combatendo a hegemonia e colocando em xeque a continuidade das relações de poder.

De fato, é necessário que sejam adotadas novas formas de pensar a educação, baseada na inclusão dos grupos vulneráveis, das mulheres, da população negra e quilombola, dos



indígenas, das pessoas com deficiência e LGBTQIA+, da classe trabalhadora, dos imigrantes, etc. Contudo, a realidade demonstra uma política cada vez mais alinhada aos interesses do mercado e a formação de sujeitos que estejam dispostos a obedecer a uma hierarquia de poder, em que a diferença não tem vez.

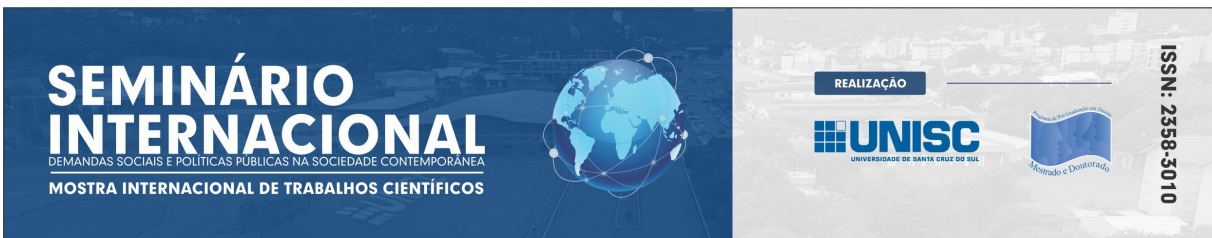
#### 4 Conclusão

Ao conduzir o olhar para o sistema educacional, é necessário refletir sobre as desigualdades entre mulheres e grupos vulnerabilizados, principalmente nas questões relacionadas a prevalência da dominação masculina e das mais diversas opressões, características do patriarcado e ainda tão presentes na atualidade. Opressões que reforçam e fundamentam a continuidade de discursos de ódio, de cunho machistas e misóginos, além de perpetuarem a violência contra a mulher.

As afinidades e identidades que unem os grupos e distinguem suas demandas de outros, acabam resultando em relações de desigualdades, preconceitos, exclusão e discriminação. De fato, não há reconhecimento e respeito pelos diferentes grupos sociais, distintos do padrão universal e heteronormativo, o que enseja que seja potencializado o espaço de luta pelo reconhecimento de novos direitos e aprimoramento dos já existentes, independentemente de raça, gênero, etnia, religião, orientação sexual, etc.

Como destacado, é notório que as questões de gênero e sexualidade ganharam um enfoque em legislações e políticas que se unem tanto no segmento da educação quanto a outros campos, especialmente no último século. Mas isso, entretanto, não é segurança de ocorrer mudanças em relação aos comportamentos discriminatórios e preconceituosos que ainda ocorrem nas escolas, no ensino superior, no trabalho, na família e em outros espaços sociais e culturais.

Dessa forma, a resposta para a problemática dessa pesquisa indica que as características sociais, fomentadas pelo conservadorismo e pelo modelo político-econômico neoliberal, contribuem para a continuidade das relações desiguais de poder, tendo em vista que deixam em segundo plano os direitos sociais, de educação, liberdade e emancipação, para dar voz aos interesses do mercado. Nessa sociedade, onde tudo vira objeto de consumo, inclusive os sujeitos, as mulheres acabam sendo vistas como propriedade e são vítimas de muitas espécies de violações. Nesse contexto, ao desconsiderar os direitos sociais básicos, a educação pública também é prejudicada, pois além de sofrer com reiterados cortes de



investimentos e desvalorização, não há a criação e implementação de políticas públicas voltadas a população mais desfavorecida da sociedade, que sofre frequentemente as mais variadas opressões e violências.

Para que existam políticas públicas de educação efetivas, que visem a transformação da condição desigual das mulheres e dos grupos vulnerabilizados, é preciso não somente que as intersecções de gênero sejam incluídas em documentos como leis, orientações, pareceres, entre outros, mas, também, que hajam discussões e práticas atentas a essas demandas em vários espaços sociais, como nas escolas de ensino básico, com professores engajados no desenvolvimento desse trabalho.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19.ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro, 1994.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GEBARA, Ivone. **Epistemologia, violência, sexualidade: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, 2013.

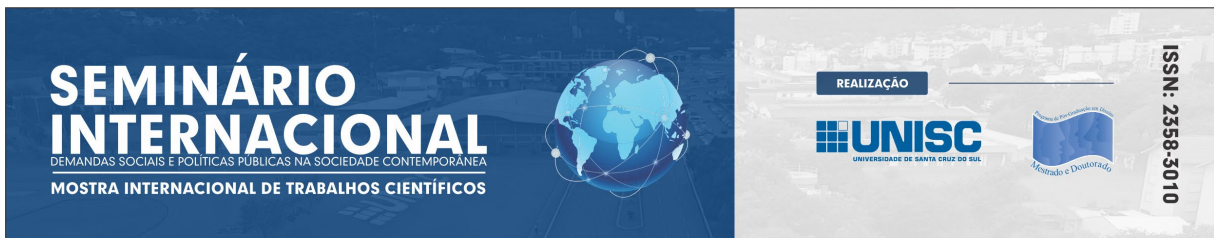
HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Unesco, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”- Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis Revista**. Rio de



Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213>. Acesso em: 17 jun. 2021.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Roda dos tempos, 2018.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Graphium, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.